

Economia - Brasil

Max Schrappe (*)

A imprensa noticiou, na primeira semana de novembro, que, segundo o DIEESE, o 13º salário injetará R\$ 22 bilhões na economia nacional. Neste momento em que um novo pacote fiscal anuncia medidas para atenuar os seus reflexos no mercado de trabalho em 1999, aquele dado estatístico suscita uma importante reflexão: considerando que a massa salarial mensal do País seja de R\$ 22 bilhões, ela soma R\$ 286 bilhões anuais. Pode-se aludir, portanto, que os salários representam cerca de 35% do PIB nacional, dado que corresponde aos estudos e estatísticas de organismos internacionais.

Curiosamente, em nações do Primeiro Mundo, nas quais a legislação trabalhista é mais flexível e os encargos sociais infinitamente menores do que no Brasil, a participação dos salários na renda nacional é, em média, de 65%, quase o dobro do que

O limite da resistência

se verifica em nosso país. Não se trata, aqui, de mera coincidência. O fato é que os encargos sociais que incidem sobre os salários no Brasil representam praticamente o dobro do valor nominal recebido pelos trabalhadores. Certamente, a ausência de encargos tão pesados contribui para a geração de empregos e a participação mais expressiva dos salários na renda nacional dos países com legislação mais adequada à realidade.

Essa comparação é extremamente oportuna neste final de ano, em que a economia brasileira se debate com diferentes e complexos problemas. De um lado, os ataques especulativos do capital internacional, que obrigaram o governo a adotar novas e duras medidas monetárias e fiscais, incluindo um expressivo aumento de impostos; de outro lado, a pressão do pacote no mercado de trabalho, que suscitou a edição da medida provisória referente ao salário-desempre-

go complementar e à suspensão do contrato de trabalho, para a reciclagem e atualização técnica dos trabalhadores.

Numa análise realista desse quadro, fica claro que todos os problemas giram em torno de uma única questão: o desequilíbrio fiscal do Estado e o ônus tributário representado pelos impostos, contribuições previdenciárias e encargos sociais. Tivesse o Brasil realizado há pelo menos três anos as reformas fiscal e tributária, muito provavelmente não estaríamos hoje enfrentando toda essa turbulência. O equilíbrio fiscal teria oferecido ao País as condições básicas para enfrentar – sem taxas de juros exorbitantes e aumento de impostos, que desestimulam a produção – as oscilações dos fluxos do capital internacional; um sistema tributário mais racional e civilizado também retiraria dos setores produtivos o ônus excessivo representado por cerca de 60 impostos e tributos, muitos deles em cascata, que reduzem a competi-

tividade internacional das empresas brasileiras, desestimulam investimentos e impedem a geração de empregos em larga escala.

No lugar das reformas estruturais, incluindo a legislação trabalhista anacrônica e inviável no mundo contemporâneo, o governo vem adotando, a cada final de ano, medidas tapa-buracos, basicamente limitadas ao aumento de impostos. Ou seja, os setores produtivos têm financiado o déficit público. Em 1997, o Brasil recolheu R\$ 253 bilhões em impostos e contribuições, o que representa cerca de 30% do PIB. A reforma tributária que a Nação deseja não reduz esse volume de arrecadação. Simplesmente o distribui de maneira mais equânime e democrática, ampliando a base de contribuintes, pois hoje há poucos pagando muito e muitos deixando de pagar.

Por outro lado, é necessário promover profunda revisão da legislação trabalhista, reduzindo-se drasticamente o que as empresas recolhem sobre os sa-

lários, que não ficam no bolso dos trabalhadores, desaparecendo na vala comum do déficit público. Com esses recursos, muitos empregos poderiam ser gerados, muitos investimentos poderiam ser feitos.

Mais do que nunca, é urgente equacionar essas questões estruturais. As medidas fiscais e trabalhistas que acabam de ser adotadas pelo governo estão longe de representar uma alternativa eficaz para a solução dos problemas brasileiros. Resta saber até quando a economia nacional terá fôlego para assimilar e sobreviver aos aumentos periódicos de impostos, como vem ocorrendo desde o início do Plano Real. As estimativas de que o índice de desemprego medido pelo IBGE deverá saltar para cerca de 12% já no início de 1999 demonstram que o limite da resistência está muito próximo. ■

(*) Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e do Conselho do Senai/SP.